



## LÉLIA GONZALEZ: UM CORPO-TELA PARA FAZER DANÇAR UMA PSICOLOGIA DESDE AQUI

*Luciana Rodrigues<sup>1</sup>*

*Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Psicologia, Serviço Social, Saúde e Comunicação Humana, Departamento de Psicologia Social e Institucional, Programa de Pós-graduação em Psicologia Social e Institucional, Porto Alegre, Brasil.*

*Bruna Moraes Battistelli<sup>2</sup>*

*Universidade Federal do Paraná, Setor de Educação, Departamento de Teoria e Fundamentos da Educação, Curitiba, Brasil.*

**Resumo:** Reconhecendo a necessidade da Psicologia seguir se repensando a partir de novos e múltiplos pressupostos teóricos, que considerem sujeitos e realidades desde aqui - território brasileiro - , este artigo tem como objetivo adensar a aproximação com Lélia Gonzalez, autora considerada uma das principais intérpretes do Brasil, que nos possibilita caminhos e reverberações imprescindíveis para o campo do fazer psi. A autora, com seu corpo-território, é um analisador importante para entendermos a constituição de nosso país e como as relações raciais e de gênero se estabelecem em suas diferentes dimensões. Para tanto, tomamos os conceitos de corpo-tela e corpo-território como inspiração para a construção de uma narrativa ensaística que visa pensar enfrentamentos antirracistas na prática da Psicologia em diálogo com a autora e partir de nossa experiência com a pesquisa, a extensão e o ensino. Nesse caminho, o conceito de amefricanidade nos guiará neste percurso, evidenciando as análises que enlaçam gênero, raça e classe como fundamentais no avanço de um pensamento psi contra-colonial brasileiro.

**Palavras-chaves:** Amefricanidade; Antirracismo; Psicologia; Feminismos negros.

---

<sup>1</sup>Professora Adjunta do Departamento de Psicologia Social e Institucional (UFRGS) e docente colaboradora do PPGPSI/UFRGS. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil. E-mail: [lurodrigues.psico@gmail.com](mailto:lurodrigues.psico@gmail.com) e ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-0061-1402>

<sup>2</sup>Professora Adjunta do Departamento de Teoria e Fundamentos da Educação (UFPR). E-mail: [brunabattistelli@gmail.com](mailto:brunabattistelli@gmail.com) e ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-0973-0934>

## LÉLIA GONZALEZ: A CANVA-BODY TO MAKE PSYCHOLOGY DANCE FROM BRAZIL

**Abstract:** Recognizing the need for Psychology to continue rethinking itself based on new and multiple theoretical assumptions, which consider subjects and realities from Brazilian territory, this article aims to deepen the approximation with Lélia Gonzalez, an author considered one of the main interpreters of Brazil, that allows us to have essential paths and reverberations for the field of doing psi. The author, with her body-territory, is an important analyzer for us to understand the constitution of our country and how racial and gender relations are established in their different dimensions. To do so, we take the concepts of canva-body and territory-body as inspiration for the construction of an essay narrative that aims to think about anti-racist confrontations in the practice of Psychology in dialogue with the author and from our experience with research, extension and teaching. In this way, the concept of amefricanity will guide us in this path, highlighting the analyzes that link gender, race and class as fundamental in the advancement of a Brazilian counter-colonial psi thought.

**Keywords:** Amefricanity; Antiracism; Psychology; Black feminisms.

## LÉLIA GONZALEZ: UN CUERPO-LIENZO PARA HACER BAILAR A LA PSICOLOGÍA DESDE BRASIL

**Resumen:** Reconociendo la necesidad de que la Psicología siga repensándose a partir de nuevos y múltiples supuestos teóricos, que consideren sujetos y realidades del territorio brasileño, este artículo tiene como objetivo profundizar la aproximación con Lélia Gonzalez, autora considerada una de las principales intérpretes de Brasil, quien permite caminos y reverberaciones esenciales para el campo de hacer psi. La autora, con su cuerpo-territorio, es una importante analizadora para comprender la constitución de nuestro país y cómo se establecen las relaciones raciales y de género en sus diferentes dimensiones. Para ello, tomamos los conceptos de cuerpo-lienzo y cuerpo-territorio como inspiración para la construcción de un ensayo narrativo que pretende pensar los enfrentamientos antirracistas en la práctica de la Psicología en diálogo con el autor y desde nuestra experiencia con la investigación, extensión y enseñanza. De esta manera, el concepto de amefricanidad nos guiará en este camino, destacando los análisis que vinculan género, raza y clase como fundamentales en el avance de un pensamiento psi contracolonial brasileño.

**Palabras-clave:** Amefricanidad; Anti racismo; Psicología; Feminismos Negros.

## LELIA GONZALEZ : UN CORPS-TOILE POUR FAIRE DANSER LA PSYCHOLOGIE DU BRÉSIL

**Résumé:** Reconnaissant la nécessité pour la psychologie de continuer à se repenser sur la base de nouvelles et multiples hypothèses théoriques, qui considèrent des sujets et des réalités du territoire brésilien, cet article vise à approfondir le rapprochement avec Lélia Gonzalez, une auteure considérée comme l'une des principales interprètes du Brésil, qui permet des chemins et des réverbérations essentiels pour le domaine du faire psi. L'auteure, avec son corps-territoire, est pour nous une analyseuse importante pour comprendre la constitution de notre pays et comment les relations raciales et de genre s'établissent dans leurs différentes dimensions. Pour ce faire, nous nous inspirons des concepts de corps-toile et de corps-territoire pour la construction d'un essai narratif qui vise à penser les confrontations antiracistes dans la pratique de la psychologie en dialogue avec l'auteur et à partir de notre expérience de recherche, vulgarisation et enseignement. De cette façon, le concept d'amefricanité nous guidera dans ce chemin, mettant en évidence les analyses qui lient le genre, la race et la classe comme fondamentales dans l'avancement d'une pensée psi contre-coloniale brésilienne.

**Mots-clés:** Amefricanité; Anti-racisme; Psychologie; Féminismes Noirs.

### INTRODUÇÃO

Eu sou uma mulher nascida de família pobre, meu pai era operário, negro, minha mãe uma índia analfabeta. Tiveram 18 filhos e eu sou 17<sup>a</sup>. E acontece que nessa família todos trabalhavam, ninguém passava da escola primária, mesmo porque o esquema ideológico internalizado pela família era esse: estudava-se até a escola primária e, depois, todo mundo ia à batalha em termos de trabalho para ajudar a sustentar o resto da família. Mas no meu caso o que aconteceu foi que, como uma das últimas, a penúltima da família, já tendo como companheiros de infância os meus próprios sobrinhos, quer dizer, a visão de meus pais com relação a mim já foi uma visão de neta, praticamente (Lélia GONZALEZ, 1994, p.383)<sup>3</sup>.

Lélia de Almeida, filha de Urcinda Serafim de Almeida e Acácio Joaquim de Almeida nasceu em Minas Gerais em primeiro de fevereiro de 1935. A biografia de Lélia mostra um pouco dos caminhos possíveis para uma família pobre e negra em nosso país: acesso dificultado à bens sociais como educação e poucas possibilidades de ascensão social. Lélia, diferentemente de seus irmãos e irmãs (e de tantas outras crianças negras e pobres) pode frequentar o jardim de infância, oportunidade que foi intermediada por uma família para a qual a mãe de Lélia trabalhou como doméstica, exercendo, eventualmente, a função de ama

---

<sup>3</sup> GONZALEZ, H. A. L. (1994). Lélia fala de Lélia. *Estudos Feministas*, 383-386. Extraído de depoimento dado a Carlos Alberto M Pereira e Heloisa Buarque de Hollanda, publicado em *Patrulhas Ideológicas*. São Paulo, Brasiliense, 1980.

de leite - situação comum no período escravista até meados do século XX. Quando estava com sete anos, a família se mudou para o Rio de Janeiro, depois que seu irmão (Jaime de Almeida) foi contratado como jogador no time de futebol do Flamengo. Na cidade a autora continuou a viver até 1994, ano em que faleceu (RATTS; RIOS, 2010).

Lélia era graduada em História, Geografia e Filosofia, mestre em Comunicação e doutora em Antropologia Social, tendo realizado, também, um curso sobre Pensamento Lacaniano. Fluente em francês, trabalhou como tradutora de livros de filosofia e como professora em diferentes instituições universitárias, até ingressar como docente na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC-Rio. Junto com outras lideranças negras funda, em 1978, o Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial, posteriormente, rebatizado de Movimento Negro Unificado. Filiou-se, primeiramente, ao Partido dos Trabalhadores (PT), pelo qual foi candidata a Deputada Federal. Mais tarde se desligou-se do Partido, vindo a filiar-se ao Partido Democrático Trabalhista (PDT). Ao longo de toda sua trajetória, Lélia estabeleceu uma intensa conexão com lideranças negras de diferentes países.

Como Lorena Silva Oliveira (2020) nos convida a reconhecer, Lélia Gonzalez foi uma Antígona do Movimento Feminista Negro, pois semelhante ao mito grego, ela afrontou erguendo sua voz contra as opressões que recaem sob o corpo das mulheres negras e que, em nosso contexto brasileiro, intercalam questões de gênero, raça e classe. Uma intelectual militante que, assim como Angela Davis, foi considerada subversiva e perigosa, já que ambas “buscaram desconstruir alguns cânones do pensamento acadêmico, mas também denunciaram as ideologias conservadoras que contribuem para a permanência das desigualdades raciais e de gênero na sociedade de diferentes formas” (Oliveira, 2020, p.36). Lélia Gonzalez foi, assim, uma figura contra-colonial em um mundo no qual a reza colonial europeizante segue sendo reproduzida ao longo do nosso país. Oliveira (2020) comenta, ainda, o quanto Lélia fez “inúmeros deslocamentos no meio acadêmico utilizando a escrita para falar, reivindicar e afrontar todas as formas de desigualdades” (p.36).

À luz do que nos oferta Leda Maria Martins (2021), Lélia se fez um *corpo-tela*, que grafou desde sua voz e de seus movimentos no mundo uma produção de conhecimento que se amplia para além da palavra escrita. Para Leda Martins (2021), os saberes repassados por outras grafias, como a inscrição oral e corporal, são epistemes que remontam o tempo e a produção de saber desde uma lógica conta-colonial. O corpo-tela, para a autora, é aquele em

que gestos, falas e movimentos têm grafado conhecimentos que não estão necessariamente em livros, bibliotecas e museus. O corpo-tela, é desta forma, um lugar de memória ancestral, de conhecimentos que se fundam a partir de diferentes. E neste artigo, nos permitimos entender corpos como o de Lélia Gonzalez como um *corpo-tela* que carrega em si conhecimentos que foram sendo grafados desde ancestralidades muitas. A autora, assim como Lélia Gonzalez (2018), nos ensina o tanto de influência que a cultura brasileira dança desde saberes africanos e indígenas, mesmo que habitemos em territórios em que essas origens sejam negadas. Um *corpo-tela*, como o de Lélia, afronta os ensinamentos da filosofia ocidental, pois aposta no escrever falado, no escrever composto desde as ancestralidades, no reconhecimento da multiplicidade de nossas raízes afro e ameríndias.

Desse modo, afrontar nos parece ser um verbo potente para definir o movimento epistêmico que a intelectual deixou de herança para aquelas/es que vieram depois de si. Referenciada como Antígona Negra (OLIVEIRA, 2020) e intérprete do Brasil (BARROS, 2018), o legado que Lélia nos deixou traz a marca de uma proposição analítica multidisciplinar que coloca a raça como centralidade para compreendermos as relações que estruturam nosso o país, operando sempre com a intersecção entre gênero e classe em seu trabalho. Com suas ideias, fez dançar campos de conhecimento (história, geografia, filosofia, comunicação e antropologia social) em busca de alumiar aquilo que as lógicas coloniais circunscrevem como inferior, como passível de apagamento. Sustentou, com suas letras, uma análise sobre o capitalismo racial, pautado pela democracia racial (ideologia oficial do Estado), que “naturalizou a imagem de homens e mulheres negras como submissos, dóceis e aptos à escravidão” (2018, p.21). Nesse sentido, a constituição da ideia de raça, a partir da empreitada colonial europeia, colocou em curso o racismo como estratégia fundamental para a produção dos sujeitos coloniais, a estruturação de relações hierarquizadas e para a “internalização da ‘superioridade’ do colonizador pela colonizado” (2018, p.324).

O racismo, como afirma a autora, se apresenta, pelo menos, em duas facetas diferentes: aberto e disfarçado. Embora assumam características que se diferenciam, ambos visam o objetivo comum da exploração/opressão. O primeiro deles, característico da sociedade norte americana, define a segregação entre negros e brancos com vistas a preservar a “pureza” e superioridade branca. O segundo, conforma o chamado

racismo “à brasileira” pelo qual a segregação não se constitui como operação tática fundamental. Em nosso cenário, o racismo se volta justamente contra aqueles que são

testemunho vivo da mesma (os negros), ao mesmo tempo que diz não o fazer (“democracia racial” brasileira). (GONZALEZ, 2018, p. 322).

No Brasil, vivemos, assim, um racismo disfarçado, por denegação (GONZALEZ, 2018), uma violência sofisticada marcada por discursos pautados pelas teorias da miscigenação, assimilação e privilégio racial branco - grupo que é beneficiário da exploração da população negra, sustentada, por sua vez, pelo mito da democracia racial que opera disseminando a crença de que o racismo não existe em nosso país. Em suas palavras, “o racismo se constitui como a sintomática que caracteriza a neurose cultural brasileira” (GONZALEZ, 2018, p.191) que, articulado com o sexismo, produz efeitos ainda mais violentos sobre a mulher negra.

Compreendemos que Lélia Gonzalez, mulher, negra, brasileira, intelectual, ativista que ergueu a voz (HOOKS, 2019) e subverteu a norma acadêmica hegemônica, nos convoca ao reconhecimento e afirmação da potência de um Brasil negro e ameríndio; sustentando possibilidades com seu *corpo-território* (MIRANDA, 2020). Para o autor, que vem se dedicando a pensar uma filosofia a partir do encontro com ancestralidades brasileiras, o *corpo-território*, inspirado em Oxumaré é “um corpo-serpente que troca de pele a cada processo de desterritorialização das suas experiências” (MIRANDA, 2020, p. 32). Ou seja, corpos-territórios são passagem para a experiência, possibilidade de abertura do campo perceptivo, constituindo-se assim, um lugar de inclusão, de conector de experiências múltiplas. Lélia, em toda potência de seu *corpo-território*, nos ofertou conhecimentos para que possamos ampliar o entendimento das relações raciais no Brasil.

Afirmando a grandiosidade do legado deixado por Lélia Gonzalez e a inspiração no movimento de seu pensamento radical e insubmisso, propomos pensar um diálogo com seus ensinamentos e o campo da Psicologia, buscando caminhos e brechas para um fazer psi implicado com a escuta desde aqui, situada e preocupada com os problemas que recaem, que abatem nossos corpos. Se queremos afrontar o fazer hegemônico da psicologia, que carrega heranças de controle, regulação e patologização das diferenças, portanto heranças coloniais, precisamos de vozes múltiplas que pensam, vivem e bailam desde seus *corpos-territórios*. Desta forma, partimos de Lélia e com ela dialogamos para pensar o caminho da violência epistêmica que pode acompanhar o exercício da escuta no fazer *psi*.

Importante destacarmos que este artigo é desdobramento da pesquisa *Diálogos e articulações entre o pensamento de bell hooks e o campo da Psicologia Social*, uma pesquisa

documental que tem como objetivo analisar as implicações do pensamento de bell hooks para o fazer no campo da Psicologia Social. A partir desta pesquisa, se reforçou em nossos corpos a insatisfação com o quanto o fazer psi, em seus diferentes campos de atuação, está impregnado por referenciais teóricos assépticos, “universais”, neutros, os ditos “clássicos” construídos desde outros chãos onde os pés dos intelectuais pisaram. Referenciais demasiado brancos, europeus demais, elitistas demais, racistas demais para que seja possível seguirmos dialogando sem o devido exercício crítico e sem abertura de nossos *corpos-territórios* para a escuta daquelas/es que produzem, que pensam, que vivem desde aqui, desde nossas terras.

Portanto, a partir dos conceitos de *corpo-tela* (MARTINS, 2021) e *corpo-território* (MIRANDA, 2020) propomos uma escrita ensaística, que amplia as possibilidades de abertura dos afetos àquilo que nos passa, ou seja, intentamos um fazer que possa dançar a escuta psi a partir de um saber encorpado por conhecimentos cunhados desde aqui, em terras pindorâmicas. Partilhamos de uma política de pesquisa em que intimidade com as autoras é fundamental (BATTISTELLI, 2022), desta forma, acionamos as mesmas por seus nomes próprios, grafados conforme as autoras propõem; em uma escrita que mistura nossas experiências com os saberes que dançam conosco nos convocando ao movimento.

## VIOLÊNCIA EPISTÊMICA: UM MODO DE ENGESSAR CORPOS

Graças a um contato crescente com manifestações culturais negras de outros países do continente americano, tenho tido a oportunidade de observar certas similaridades que, no que se refere aos falares, lembram o nosso país. É certo que a presença negra na região caribenha [...] modificou o espanhol, o inglês e o francês falados na região[...]. Ou seja, aquilo que chamo de “*pretuguês*” e que nada mais é do que marca da africanização do português falado no Brasil [...]. O caráter tonal e rítmico das línguas africanas trazidas para o Novo Mundo, além da ausência de certas consoantes (como o L ou o R, por exemplo), apontam para um aspecto pouco explorado da influência negra na formação histórico-cultural do continente como um todo. Similaridades ainda mais evidentes são constatáveis, se o nosso olhar se volta para as músicas, as danças, os sistemas de crenças, etc. Desnecessário dizer o quanto tudo isso é encoberto pelo véu ideológico do branqueamento, é recalcado por classificações eurocêntricas do tipo “cultura popular”, “folclore nacional”, etc., que minimizam a importância da contribuição negra (GONZALEZ, 2018, p.322).

O *corpo-tela* de Lélia riscou no corpo acadêmico brasileiro aprendizados para entender como a ideologia supremacista branca é ferramenta de clausura para os corpos que são tomados como dissidentes pelos saberes coloniais. Uma intelectual que afirmou que as vozes consideradas pela imposição de uma norma colonial, branca, patriarcal e capitalista

como lixo, ia falar sem pedir permissão a ninguém. Um conhecimento escrito-falado, anunciado com o corpo todo, que rompe com a dicotomia cunhada pela filosofia ocidental, na qual a escrita seria mais importante (mais válida) do que a oralidade (MARTINS, 2021); a autora nos mostra o quanto a primazia das palavras grafadas nos livros e nos documentos é ferramenta de captura para engessar, apagar e interiorizar outros saberes que andavam pelo mundo à mesma época que os saberes europeus tomados como os hegemônicos e mais importantes. Com Martins (2021) entendemos que os saberes cunhados por Lélia, afrontam um sistema de memória que foi apagando e narrando como menos importantes uma série de conhecimentos; a saber, os conhecimentos africanos e indígenas. Assim, como anunciamos acima, é com Lélia que iremos propor essa discussão acerca de como a Psicologia pode seguir sustentando intervenções e uma formação que constitua seu campo de atuação (seja na promoção de saúde e cuidado, como na produção de conhecimento) comprometida com as práticas antirracistas. Uma forma de fazer dançar um campo de conhecimento impregnado pelos enrijecimentos coloniais que forjaram a Psicologia que aprendemos em nossas formações.

Como psicólogas-professoras-pesquisadoras, exercemos nosso trabalho no espaço acadêmico como docentes em universidades federais do sul do país (uma trabalha com Psicologia Social, a outra com Psicologia da Educação) – duas mulheres cis e lésbicas, uma negra de pele clara e outra branca – atuando no tripé ensino, pesquisa e extensão, lugares de encontros pelos quais a pergunta que nos interpela e inspira a escrever é: o que a Psicologia pode aprender com Lélia Gonzalez? Como ventar um terreno que se enrijece e ao menor sinal de dificuldade e retorna aos lugares seguros de atuação? Escrevemos este texto, inspiradas em questionamentos que corpos-telas intelectuais como bell hooks e Lélia Gonzalez, que dançam em suas proposições, nos trazem, e assustadas pela forma como nos últimos tempos parece haver um retorno da Psicologia para a clínica individual privada. Um movimento que fala da desvalorização e do processo precário de gestão das políticas públicas (que causou a diminuição de oferta de trabalho na área), mas que também fala de um fetiche e conforto por um certo modo de terapia que, ao centrar seu olhar no sujeito, pode abrir espaço para leituras desgarradas de uma análise mais profunda dos impactos do social sobre a subjetividade e sobre o sofrimento do mesmo. O endurecimento dos corpos, no campo psi, é porta para o aumento de processos de medicalização da vida, que adoecem no encontro com as forças

capitalísticas neoliberais, que extenuam, exaurem, esgotam as forças para que não haja espaço para a dança, para a oposição, para a festa, para o amor.

Nossa proposta parte de um desejo ético-político em celebrar uma intelectual brasileira, que preocupou-se em abrir campo de possibilidade para que outras pudessem criar a partir de suas aberturas e brechas. A produção de conhecimento colonial, branca, masculina e norte global centrada (europeia e estadunidense) que alicerça a Psicologia desde o início de seu nascimento como um campo de saber, visto que autores considerados “clássicos” em suas diferentes áreas que sustentam nossa formação são homens brancos europeus e/ou estadunidenses: Wundt, Freud, Skinner, Winnicott, Bronfenbrenner, Lacan, Foucault, Deleuze, etc. Uma lista que poderíamos seguir infinitamente. Algo que aprendemos com Lélia, é que a história hegemônica que foi constituída da Psicologia é branca, pois vozes negras e femininas foram sistematicamente e propositalmente apagadas.

Schultz e Schultz (2005) mostram como a história da Psicologia, reconhecida como hegemônica, foi uma inscrição sustentada pela violência com pesquisadoras/es negras/os que foram por muitos anos proibidas/os de avançar na carreira acadêmica, em nome de preconceitos de gênero e de raça. Desta forma, se evidencia que o procedimento epistemológico que sustenta a violência epistêmica, é constituir o *corpus* do conhecimento como campo de exclusão e, desta forma, sustentar o mesmo como um lugar árido para aquilo que nos passa, para a experiência. A violência epistêmica, desta forma, diminui a possibilidade de movimentação de corpos, ou seja, não permite que os corpos se constituam territórios de criação, de ampliação e de conjuração de múltiplos saberes; a violência epistêmica se sustenta na monocultura (SANTOS, 2019), no medo espalhado como uma espécie de aviso para que não ultrapássemos os limites.

Uma das facetas desse apagamento aparece com a persistência em enquadrar o pensamento de Lélia como uma referência intelectual circunscrita ao campo de discussão do feminismo e estudos sobre raça, sendo poucas/os as/os que a assumem seu legado como uma pensadora sobre nosso país. Considerar intelectuais negras apenas como referência para aquilo que elas vivem, é desta forma, um modo de menosprezar sua voz e não permitir que seu pensamento seja colocado como contraponto aos modos hegemônicos de pensamento. Raquel Barreto (2018) na introdução do livro *Lélia Gonzalez: primavera para as rosas negras* afirma que a autora “foi uma intérprete do Brasil, que elegeu a cultura como um espaço privilegiado de observação e análise do caráter americano da nossa identidade” (p.

14). Nesse caminho, uma das maiores contribuições de Lélia foi sustentar a centralidade da influência negra na constituição de nosso país e cultura, se propondo a pensar o Brasil a partir da cultura, raça e relações de gênero, reafirmando a influência africana em nosso cotidiano.

Pelas nuances da violência epistêmica, assim como muitas intelectuais feministas, Lélia segue sendo vista apenas como militante, tendo seus estudos referidos somente ao entendimento da situação da mulher negra e do movimento negro (BARRETO, 2018). Uma prática comum ao epistemicídio que sustenta a produção de conhecimento, como se a estes corpos somente fosse possível falar sobre suas experiências e vivências individuais, e aos homens brancos, a possibilidade de produzir conhecimento, publicar e pensar sobre temas considerados “maiores”, possíveis de serem generalizáveis. Em nossos processos de formação e de pesquisa já ouvimos afirmativas como: “o pensamento dela (de Lélia) é muito situado, precisamos de algo mais internacional” ou “Abdias Nascimento fala somente do Brasil, por isso precisamos de outros conceitos mais mundiais”. Um modo de operar e de pensar que lança mão da dicotomia e hierarquização como elementos fundamentais para a organização do mundo de uma forma bastante específica - um projeto de mundo moderno-colonial – que produz divisões que sustentam pressupostos divisórios como selvagem X civilizado; branco X negro; corpo X mente; razão x emoção; teoria X prática; individual X coletivo. Assim, quando a produção de mulheres negras é reduzida ao campo da experiência, como se isso fosse produção inferior, o que está em operação é a manutenção deste projeto político moderno colonial epistemicida que, ao tornar subalterno um modo de produzir conhecimento onde o pessoal é político (HOOKS, 2019), silencia práticas de conhecimento ancestrais que fazem morada em corpos-territórios como o de Lélia.

O caminho que propomos neste trabalho é, assim, ampliar os espaços dentro do campo psi para saberes que se forjam desde uma política do cotidiano (HOOKS, 1995; COLLINS, 2019; ANZALDÚA, 2019), nos quais as experiências não são apenas singulares, mas dizem de uma produção sobre um coletivo. O que nos passa, desta forma, tem potência para narrar saberes que são tecidos desde um processo ancestral com múltiplas influências. Concordamos com Eduardo Miranda (2020) que afirma que “negar ao corpo-território a sua potência traz como consequências o empobrecimento prático das nossas vidas” (p. 40), já que com isso, passamos a sustentar nossa existência a partir de um paradigma da monocultura; e no Brasil, a consequência é a valorização da Europa como o modo de vida e de pensamento válido.

## LÉLIA GONZALEZ: UMA INTÉRPRETE DO BRASIL PARA FAZER TENSIONAR A PSICOLOGIA

“Qual a minha perspectiva de sociedade?” (MIRANDA, 2020, p. 82), uma pergunta que o autor repete às suas/seus alunas/os em suas intervenções. Uma pergunta que repetimos também para nossas/os alunas/os em nossos campos de atuação, uma preocupação com a qual se ocupa *corpos-territórios* como Lélia, já que é em busca da transformação social que ela se movimentou pelo mundo. Em seu ensaio *Por um feminismo afro-latino-americano* cita o Manifesto da Mulher Negra Peruana no Dia Internacional da Mulher de 1987: “Fomos moldadas como uma imagem perfeita em tudo o que se refere a atividades domésticas, artísticas e servis; fomos consideradas ‘especialistas em sexo’. É dessa maneira que se foi alimentando o preconceito de que a mulher negra apenas atende a essas necessidades” (GONZALEZ, 2020, p. 148). Sustentar os conflitos raciais (HOOKS, 2019), afrontar a norma, fazer dançar o que engessa, são ações necessárias para que essas imagens que consolidam a violência contra corpos de mulheres negras sejam modificadas.

O apagamento e silenciamento de vozes subalternas (no sentido de não hegemônicas) tem sido uma constante no projeto colonial que sobrevive em nosso país, permitindo a manutenção de práticas de violências e hierarquização das diferenças que tem como referência a supremacia branca. Lélia narra os percursos que produziram a objetificação e animalização dos corpos de mulheres negras em nosso continente e, assim, narra a forma como o pensamento hegemônico ocidentalizado constrói seu conhecimento apagando vozes subalternas (GONZALEZ, 2018). Como afirmam Ramón Grosfoguel (2016) e Sueli Carneiro (2023) a hierarquia epistêmica global sustenta os conhecimentos produzidos no que é considerado “ocidente” (Norte Global) como superiores e os produzidos no restante do mundo “não ocidental” como inferiores. Uma hierarquia sustentada pelo racismo e sexismo epistemológico, reproduzido e consolidado desde o século XVI (GROSGOQUEL, 2016). E se na Europa, o apagamento dos conhecimentos se deu pela queima dos corpos de mulheres, por nossas terras são séculos de objetificação, escravização, violência sexual, além de um sistemático apagamento dos saberes.

Diante das lógicas coloniais, que também corroboram um modo de produzir a academia, se faz urgente seguirmos pensando na esteira do legado de Lélia, nas

possibilidades de descolonização dos referenciais utilizados no campo acadêmico para que, assim, possamos, de fato, seguir assumindo seu legado de uma maneira de pensar própria do Brasil e da América Latina e, no que concerne nosso objetivo nesse artigo, uma Psicologia brasileira, amefricana e antirracista. Seguiremos com o sonho demasiado europeizante (GONZALEZ, 2018) para a Psicologia?

Para a criação de práticas cotidianas que corroborem a luta antirracista, pela igualdade e justiça racial é preciso reconhecermos que somos um país racista, ou seja, estruturado desde seus primórdios sob as tensões e violências raciais direcionadas aos povos negros e indígenas, pois a violência colonial aportou pelas terras pindorâmicas<sup>4</sup> junto com as caravelas portuguesas. O registro que nos fornece a primeira carta enviada por Pero Vaz de Caminha (escrivão da esquadra de Pedro Álvares Cabral) ao, então, rei de Portugal, escrita entre 26 de abril e 02 de maio de 1500, contando sobre o que viram, não nos deixa dúvida, pois diante dos povos indígenas que aqui encontraram, logo concluíram que boa estratégia seria que “cuidassem de aqui tomar ninguém por força nem de fazer escândalo, para de todo mais os amansar e apacificar” (CAMINHA, 2017, p. 90). De pronto, a recomendação ao rei português foi a de que “o melhor fruto, que nela se pode fazer, me parece que será salvar esta gente. E esta deve ser a principal semente que Vossa Alteza em ela deve lançar” (CAMINHA, 2017, p. 98).

Esta nos parece ser uma carta-chave para entendermos os rumos da história de nosso país e, nesse caminho, compreendermos como as lógicas coloniais que foram sendo atualizadas a partir de diferentes estratégias, sustentam, muitas vezes, o *modus operandi* do fazer em Psicologia, assim como, as práticas que constituem nossa formação no campo, pois ao lermos essa carta, uma pergunta que sempre nos interpela é: quantas vezes não somos subjetivadas/os, enquanto profissionais psis, a “salvar essa gente”? Gente que não pediu pra ser salva (seria salva do que?); gente que se constituiu por todos os corpos considerados “outros”, por vezes chamados de “minorias”, de “diversidade” - salvar a mãe que não sabe maternar seus filhos/as, salvar o bebê (que nasce em uma família pobre) da pobreza e encaminhá-lo para adoção, salvar o indivíduo do sofrimento por meio de atendimento, falar por e não com a/o usuária/o do serviço no qual está atendendo. Salvar essa gente pode, muitas vezes, significar, fazer o outro ter uma vida comprometida com os valores civilizatórios

---

<sup>4</sup> Pindorama- uma expressão tupi-guarani para designar as regiões e territórios, do que hoje intitulamos América do Sul.

européus, de acordo e adaptadas às políticas de dominação que movimentam as engrenagens de um sistema de opressão supremacista branco, patriarcal, capitalista-imperialista (hooks, 2019). A adaptação é cerne das disciplinas que foram forjadas desde o berço colonial europeu, a saber a Psicologia e a pedagogia, por exemplo. E assim, voltamos à pergunta: qual minha perspectiva de sociedade? Inspiradas em Eduardo Miranda (2020) perguntamos: em nossas práticas, a invenção de corpos-territórios é disposta para a manutenção dos ditos e ritos da colonialidade ou para o exercício da contra-colonialidade?

Gente que passa a ser nomeada por etiquetas e, por vezes, olhadas como rótulos ambulantes - “vou atender aquela bipolar”; “não aguento escutar aquela depressiva”; o aluno “hiperativo”; “a mulher histérica”. Assim, se tece com práticas salvacionistas e coloniais toda uma série de subjetividades calcadas no adoecimento e na adaptação dos corpos. E diante de uma academia ocidentalizada (GROSFUGUEL, 2016), essa lógica continua a se reproduzir, quando apenas corpos, estudos e pesquisas de corpos e regiões muito específicas do mundo, são legitimadas como conhecimento de verdade. Os ditames classificatórios, racistas e coloniais servem ao senhor (LORDE, 2019) e para romper com essa lógica, precisamos de outras ferramentas.

Nesse caminho, há que reconhecermos o que Sueli Carneiro (2023), filósofa, intelectual e ativista negra brasileira, nos aponta a partir do conceito de epistemicídio: o apagamento sistemático de vozes de mulheres e homens negros que, de acordo com a autora, em nosso país nem mesmo são considerados como sujeitos produtores de conhecimento. Assim, o referencial de intelectuais negras e negros, como Lélia González (2018), Sueli Carneiro (2023) e de Abdias do Nascimento (2016), nos auxiliam a entender as lógicas e os impactos da colonialidade nos modos de produzir conhecimento por nossas terras, bem como, a violenta lógica racial que impera neste sistema de dominação supremacista branco (HOOKS, 2019). A partir do colonialismo europeu

o racismo se constituía como a ‘ciência’ da superioridade euro-cristã (branca e patriarcal) [...] que viria a ser não só o referencial das classificações triádicas do evolucionismo positivistas das nascentes ciências do homem, como ainda hoje direciona o olhar da produção acadêmica ocidental (Gonzalez, 2019, p.323).

Desta maneira, pensar o que a Psicologia pode aprender com a autora é salientar a potência inventiva da noção de Amefricanidade que ela engravida a partir da produção de Carlos Magno (GONZALEZ, 2018). Assim nos perguntamos: quais deslocamentos são

necessários para que se torne possível operarmos uma Psicologia inspirada na Amefricanidade que articule múltiplas visões de mundo, epistemologias, línguas e conceitos?

Lélia propôs um pensamento desde aqui, pautado em uma análise das relações entre opressões e evidenciando as mulheres negras e o feminismo como chaves para uma análise acerca do Brasil. Portanto, para pensar a Psicologia e nossas produções, acionamos nossas experiências para que em conjunto com o pensamento de Lélia possamos abrir um leque pluriversal de análise. A ideia que trazemos aqui, é celebrar, contribuir e traçar caminhos a um pensamento *psi* contra-colonial brasileiro. Entendemos que os efeitos da colonização são enraizados em nossas existências e nos modos como nos relacionamos e não é suficiente uma apreensão do conceito de decolonialidade, pois o mesmo pouco dialoga com o pensamento das feministas negras brasileiras, dos intelectuais indígenas, das produções dos movimentos sociais.

Portanto, apoiadas na produção do intelectual quilombola Antônio Bispo dos Santos (2015), apostamos em um fazer contra-colonial. Joaze Bernardino-Costa, Nelson Maldonado-Torres e Ramón Grosfoguel (2019) afirmam que há riscos envolvidos quando nos situamos enquanto decoloniais, pois a tradição acadêmica no Brasil costumeiramente invisibiliza o lugar de enunciação da população negra. A crítica dos autores se direciona aos trabalhos que se pretendem decoloniais, mas que não procuram dialogar com autoras e autores negras e negros, indígenas, mulheres o que nos leva ao perigo de transformar o campo da decolonialidade em mais uma moda acadêmica e não em um projeto político de intervenção e mudança de realidade (BERNARDINO-COSTA, MALDONADO-TORRES e GROSGOQUEL, 2019).

### **AMEFRICANIDADE: UMA PROPOSTA DE PENSAMENTO DESCOLONIZADO PARA O BRASIL**

É verdade que a crise espreme a todos. Só que com crise ou sem crise o negro está sempre numa escala inferior, padece dos males maiores, carrega uma carga pesada. (GONZALEZ, 2018, p.474).

A empreitada colonial efetuada pelos portugueses em terras do que hoje se constitui o Brasil, além da violência e extermínio praticado contra os povos indígenas, deixou-nos um legado de atrocidades contra os povos africanos e afrodescendentes. A colonização fez do Brasil o território que mais recebeu africanas e africanos traficadas/os para serem

colocadas/os na condição de escravizadas/os. Como nos mostram as informações disponibilizadas pelo site do Projeto Voyage<sup>5</sup> (banco de dados online de acesso livre) estima-se que o número de africanas e africanos traficadas/os que desembarcaram no Brasil, entre os anos de 1501 a 1900, seja de 4.821.126 pessoas. Apesar das denúncias sobre genocídio da população negra desveladas no trabalho do intelectual negro Abdias Nascimento (2016), cuja estratégias ao longo de nossa história abarcam o estupro de mulheres negras e uma política de embranquecimento baseada na miscigenação, a tentativa de eliminação física dos negros e negras não se concretizou frente suas lutas e sua resistência por liberdade e dignidade.

O campo da Psicologia, como produtor de conhecimento e práticas de intervenção, ainda opera hegemonicamente com um referencial norte global centrado que, em suas produções, pouco (ou nada) considera sobre a relação modernidade/colonialidade e seus efeitos na constituição dos modos de viver dos diferentes territórios do Sul global. O que significa dizer que ainda operamos com uma noção universalizante dos sujeitos para pensar e produzir nossas práticas ou seja, consideramos como régua de normalidade e humanidade uma noção de humano tida como universal que é na verdade, como aponta Grofoguiel (2016), uma noção provinciana e muito bem localizada: branca, cis, heterossexual, cristã, europeia/americana, burguesa, patriarcal.

Esse modo de operar se torna evidente ao olharmos como no campo *psi* ainda insistimos em operar com discursos e teorias que se apoiam na perspectiva de que os processos de constituição subjetiva de uma criança negra seguem os mesmos parâmetros que os de uma criança branca, que vê seu semelhante em todos os espaços de representatividade e, sobretudo, em todos os espaços de representação da beleza, da saúde, da bondade, enfim, em todos os espaços que representam os valores positivos da humanidade.

Ao considerarmos a universalidade como fundamento de nossas pesquisas, análises e intervenções estamos fazendo uma escolha pela supremacia branca como régua, como parâmetro para pensarmos os processos subjetivos e psíquicos dos sujeitos com os quais estamos trabalhando estamos, nas palavras de Lélia Gonzalez (2018), sonhando o sonho europeizante e europeu. Nesse sentido, como considerar que os efeitos desses processos tanto em crianças brancas como crianças negras poderão ser referenciados, avaliados, discutidos tendo como parâmetro a constituição de pesquisas fundamentadas em sujeitos que

---

<sup>5</sup> Informações disponíveis no site do Projeto Slave Voyages: <https://www.slavevoyages.org/>. Acesso em julho de 2023.

referendam a produção norte global da universalidade do humano como branco, cis, heterossexual, cristão e burguês? E como nós, especialistas do campo das subjetividades, iremos desconstruir nossas práticas imersas em posturas racistas, se nós mesmos nos espelhamos e nos reconhecemos nas imagens de um conhecimento branco e eurocentrado? Acreditamos que nesse caminho, Lélia tem muito a nos ensinar. Para assumirmos práticas efetivamente antirracistas precisamos reconhecer nossa Amefricanidade enquanto povo brasileiro. Em suas palavras, essa categoria político-cultural traz

(...) um olhar novo e criativo no enfoque da formação histórico-cultural do Brasil que, por razões de ordem geográfica e, sobretudo, da ordem do inconsciente, não vem a ser o que geralmente se afirma: um país cujas formações da inconsciente são exclusivamente europeias, brancas. Ao contrário, ele é uma América latina cuja latinidade, por inexistente, teve trocado o t pelo d para, aí sim, ter seu nome assumido com todas as letras: Améfrica Ladina. [...] Nesse contexto, todos os brasileiros (e não apenas os “pretos” e “pardos” do IBGE) são ladinoamefricanos (GONZALEZ, 2018, p. 321).

A partir do enfoque da Amefricanidade compreendemos as dinâmicas das relações raciais que estruturam a sociedade brasileira. Nesse sentido, a divisão temática que Raquel Barreto (2018) didaticamente realiza, sobre a obra da autora, nos permite localizar os interesses e discussões que atravessam seus textos através das décadas. Seguindo essa divisão, podemos notar como durante os anos 70 a autora estava interessada em analisar a formação do capitalismo à brasileira e como o recorte racial permitia sua sustentação. Ponto que, como aponta Barreto (2018), foi muito importante no trabalho de Lélia em prol da produção de um pensamento sobre o desenvolvimento do país e do capitalismo em nossas terras. Um capitalismo fortemente marcado por uma discussão racial que conforma lugares de privilégio e de desigualdade a partir do privilégio racial, mas que facilmente acaba por ser deixada de lado. Ainda hoje, nos idos de 2023, ouvimos discussões no ensino superior que apontam que não podemos produzir análises da classe de trabalhadoras/es considerando a dimensão da racialidade, pois assim, estaríamos enfraquecendo o que seria uma grande e homogênea categoria (a dos trabalhadores/as). Um engodo supremacista branco, pois como a obra de Lélia Gonzalez bem mostra, o capitalismo, desde sua nascente, é hábil em manter uma divisão supremacista branca da classe de trabalhadoras/es. Raquel Barreto (2018) afirma que Lélia preocupa-se com as consequências de um “capitalismo branco que se beneficia da mão de obra negra, enquanto os brancos sem propriedades também se beneficiam do racismo” (p. 18).

Raquel Barreto (2018) nos lembra que em campos como da “Sociologia, Antropologia, História, Literatura, os intérpretes são pensadores que se debruçaram acerca de questões como: O que é o Brasil? O que nos singulariza como nação?” (p. 14) e que estes sempre carregam marcas parecidas: são homens e brancos. Nesse movimento crítico não se trata de deslegitimar o que foi produzido por estes e o mérito de suas obras, mas poderemos ver o quanto o racismo naturalizou que o conhecimento válido e universal é aquele produzido por homens brancos que referenciam outros homens brancos oriundos do Norte Global (Europa e Estados Unidos). Uma produção de conhecimento (re)produtora de um sistema hegemônico global, uma epistemologia ancorada em saberes coloniais, europeizados, branco centrados (GROSFOGUEL, 2012).

Portanto, apostar em uma geopolítica do conhecimento é operar com uma desvinculação epistêmica, como sugere Mignolo (2020), não querendo dizer, com isso, o abandono ou ignorância do que já foi produzido. O que procuramos afirmar aqui é a importância de atentarmos para um trabalho que se constitua a partir do que afirma Wanderson Flor do Nascimento (2009): “que pensar desde o Sul implica em dialogar com os conceitos produzidos pelo Norte, atentos para o risco de subordinação a eles” (p. 08). O risco de subordinação, pensando em termos de Brasil e América Latina, sempre esteve envolto à racialização e conseqüente não suposição de humanidade de uma parcela da população.

Operar um desvinculamento para um giro epistêmico exige, assim, o aprofundamento ao enfrentamento do racismo que solidifica a ideia de Modernidade instaurada desde 1492. Em nosso continente, Lélia Gonzalez já nos ofertava subsídios para essa discussão nos anos 80, com textos sobre amefricanidade, como os intitulados *Por um Feminismo Afrolatinoamericano*; *Nanny: Pilar da Amefricanidade*; *A categoria político-cultural da Amefricanidade*. Os quais discutiam a situação do racismo brasileiro e das diferenças encontradas por toda a América, oriundas dos diferentes sistemas de invasão e colonização a que fomos submetidos. A colonização brasileira, efetuada pelos portugueses, fez de nós o território da rota do Atlântico que recebeu o maior número de africanas e africanos traficadas/os no mundo.

É considerando essa herança que Lélia Gonzalez construiu uma chave importante para interpretar a formação do Brasil e de nosso continente, para além de aspectos geográficos, pois debruça-se sobre os processos histórico-culturais envolvidos na constituição do Brasil enquanto nação, apontando as referências africanas invisibilizadas por um projeto colonial

que “foi projetado pelos homens do poder para ser excludente, racista, machista, homofóbico, concentrador de renda, inimigo da educação, violento, assassino de sua gente, intolerante, boçal, misógino, castrador, faminto e grosseiro” (SIMAS; RUFINO, 2020, p.12). Portanto, é fundamental pensarmos “nossa atuação profissional no campo de produção da saúde e do cuidado, a partir do reconhecimento dos efeitos perversos que o racismo opera na sustentação de condições de vida precárias para população negra e povos indígenas desse país” (RODRIGUES; BATTISTELLI, 2021, p. 402).

Assim, fazendo coro à afirmação de Raquel Barreto (2018), de reconhecermos Lélia como uma intérprete do Brasil, desejamos indagar o campo da Psicologia, tencionando a aposta em um fazer comprometido com a efetivação de práticas antirracistas. Nesse sentido, se torna imprescindível a abertura deste campo do conhecimento (que, hegemonicamente se funda e opera a partir de referenciais eurocêntricos e norte-americanos) para epistemologias diversas que possam se articular para a produção de um saber desde o Brasil. Ocupar um lugar na luta antirracista é, antes de tudo, pensar em como produzimos nossas práticas, em como colocamos em ato o que é construído discursivamente. Como corpos *psi* estão orientando suas escutas que não seja para reproduzir violências e ensinar aos corpos o exercício de adequação aos processos capitalísticos neoliberais? Desse modo, pensar uma Psicologia pela perspectiva da amefricanidade é compreender que há mais do que uma versão da história da constituição do que passamos a reconhecer como sendo o Brasil, América Latina e América.

Lélia Gonzalez, ao propor pensar o Brasil em uma perspectiva negra, na radicalidade que é “retirar os sujeitos negros das margens e posicioná-los no centro da nação” (Barreto, 2018, p. 16), nos possibilita desvelar a constituição do Brasil rompendo com a versão hegemônica de um projeto colonial brasileiro (SIMAS; RUFINO, 2020) que nos narra pelo mito da democracia racial e, portanto, pela sustentação da rejeição do racismo estrutural e a falácia da cordialidade das relações raciais no cenário brasileiro. Um projeto colonial que, durante os anos 30, possibilitou colocar em curso no país uma política de branqueamento populacional (NASCIMENTO, 2016) com vistas ao genocídio do povo negro e dos povos indígenas. Partir da experiência de Lélia é, então, um convite a dialogarmos com outras referências, colocando na roda outras histórias possíveis para além da narrativa hegemônica pactuada com a centralidade eurocêntrica e norte americana que sustenta a supremacia branca - referência que, embora bem localizadas, pois falam de sujeitos, territórios, culturas e

sociedades específicas, é universalizada na Modernidade/Colonialidade como única legítima e verdadeira para produção de conhecimento e parâmetro para o que é considerado mais ou menos humano.

Uma narrativa amefricana para a descolonização do pensamento psicológico no Brasil passa, assim, pela radicalidade de pensarmos, ainda, a problemática da língua. Como acolhemos o conhecimento que advém de outras fontes (em termo de cultura, linguagem e formato) que não as costumeiramente aceitas na academia? Como acolhemos outras linguagens que trazem consigo outros sentidos, outros pensares e, portanto, outras produções de mundo, se continuarmos a desempenhar práticas acadêmicas que servem a manutenção de um projeto colonial? E se não acolhemos as múltiplas línguas que compõem o Brasil (além de línguas indígenas, o português é falado e assume múltiplas formas nos diferentes contextos do país), como acolher conhecimentos sobre saúde mental e vida psíquica que não seja somente uma importação que opere reafirmando uma lógica colonial?

E, ainda, ao apostarmos em uma epistemologia plural, como não capturar os saberes oriundos dessas epistemologias diversas em uma rede racista de produção de conhecimento? Desse modo, como produzir cuidado e uma escuta ética comprometida com a promoção de saúde mental sem colonizar o Outro, se as leituras e ferramentas que pautam nossa atuação forem exclusivamente brancas, eurocentradas, prioritariamente masculinas? Como nos fala Grada Kilomba (2019) “conhecimento, erudição e ciência estão intrinsecamente ligados ao poder e à autoridade racial” (2019, p.50).

## PRÁTICAS ANTIRRACISTAS E A PSICOLOGIA

Nanã, a aiabá dos primórdios, é a senhora das águas paradas, dos pântanos e lagoas, das areias movediças e das poças de água. É a senhora da lama, por excelência: a síntese dos elementos primordiais, podendo ser definida como ‘início, meio e fim’ (Cléo MARTINS, 2020, p. 49).

Para seguirmos nossa conversa, trazemos Nanã, orixá inspiração e força que nos acompanha na forja do Coletivo (informação do nome será adicionada após avaliação dos pares), grupo de estudos, pesquisa e extensão que criamos na intenção de provocar furos nas durezas do fazer institucionalizado acadêmico. O logotipo de nosso grupo é inspirado em Nanã e, com ele, seguimos na abertura de espaços para criação de existências possíveis, inventivas e combativas. Assim, senhora da vida e também da morte (MARTINS 2020), nos

guia na busca por processos de criação que acolham os sujeitos em suas inteirezas (LORDE, 2020) e que, em relação, possam (e possamos) produzir o cuidado como parte de um projeto amoroso para a Psicologia. O amor, neste contexto, é entendido a partir do que bell hooks (2020) nos ensina, ou seja, no como nos responsabilizamos em nossas ações por nossa existência e pela das outras pessoas. Em um diálogo com Martins (2021) e inspiradas em Nanã, pensamos no amor como a força que tem como potência nos constituirmos enquanto corpos-telas, impregnados por saberes que são grafados desde os movimentos, vozes e gestos. Desta forma, acreditamos que a escuta e o fazer psi ganham outros contornos, pois antes de aprendermos a escutar a partir dos referenciais teóricos que nossas formações nos apresentam, aprendemos com nossas mais velhas. Escutar gesto diverso do ouvir, é tecnologia ancestral, que vai sendo enrijecido quando no encontro com o que pactuamos como aquilo que se considera o “verdadeiro” gesto psi da escuta (falamos dos repertórios teóricos usualmente utilizados na formação em Psicologia, principalmente, em sua vertente clínica).

Nosso trabalho tem se situado na construção de práticas psis que sejam críticas quanto ao que vivemos, aliançadas com o antirracismo; ou seja, nos questionamos como em nossas ações a racialidade é elemento central de nossas análises, assim como, em como podemos sustentar o conflito racial em nossas relações para que, a partir deste, possamos de fato construir estratégias que mobilizem gestos antirracistas. No campo da extensão, nos propomos ao que estamos chamando de encontros-leitura, ou seja, momentos em que nos colocamos em grupo à ler textos (principalmente de bell hooks) que coloquem em questão o que nos é confortável, o que nos foi ensinado. Um exemplo de ação que temos ofertado é o Projeto (nome será incluído após avaliação), no qual discutimos o amor como ferramenta ampliadora de práticas de cuidado nas políticas públicas, possibilitando pensarmos a dimensão dos sistemas de opressão em nossas experiências de vida e em nossas intervenções; entendendo como podemos constituir práticas interventivas que não sejam pactuadas com o racismo, o machismo, as opressões de classe, o capacitismo, etarismo entre outras formas de opressão fque respondem a uma sociedade governada por políticas de dominação (HOOKS, 2019). O que você faz com a potencial opressora que lhe habita? Uma pergunta inspirada em bell hooks (2029) que nos fazemos e ofertamos a quem deseja nos acompanhar nos processos de pesquisa, ensino e extensão. Se o “medo é uma de suas armas preferidas para produzir

conformismo e consentimento” (VÉRGES, 2020, p. 32), precisamos afrontá-lo desde nossas experiências, conscientes de nossas diferenças.

O trabalho do Coletivo (nome será inserido após avaliação), desta forma, nos fortalece em busca de políticas de escrita, pesquisa, de ensinagem e de aprendizagens que se fortaleçam desde o desejo de um mundo mais justo. Desejamos uma psicologia que não tome a dimensão da racialidade ou do gênero como meros marcadores - um modo supremacista branco de desarticular importantes discussões que precisamos realizar e que entenda que o conflito é parte importante de um processo de enfrentamento aos sistemas de opressão. Não há caminho para um projeto de mundo amoroso, que não passe pelo conflito; sermos diferentes, pensarmos diferentes, não nos caracteriza como inimigas/os. O capitalismo racial, como já discutimos, se pauta nessa produção de inimizades, um processo muito bem analisado por Mbembe (2017) e que entre tantas consequências, produz uma cisão tão profunda nas relações que impossibilita o exercício da escuta da diversidade, do que nos difere. Importante entendermos que a escuta radical, de corpo todo das diferenças que nos acompanham é ameaça direta ao projeto supremacista branco, que se sustenta na definição da branquitude como lugar de privilégio, poder e superioridade; um ponto importante de análise para o fazer psi, que é forjado no seio da supremacia branca moderno colonial.

Nossos passos, em busca de uma Psicologia antirracista, desse modo, firmam nosso compromisso com o desconforto, com as análises que incomodam, que tensionam e que sustentam o conflito racial em sua radicalidade. Nanã, que inspira nossos passos, é senhora das águas turvas, da lama, dos manguezais e dos abismos (MARTINS, 2020), e nos ensina que não podemos temer as consequências, que não podemos afrouxar o passo em busca da criação de possibilidades para uma vida não-violenta. Abrir nossos corpos e o corpo da Psicologia que nos acompanha à outras formas de conhecimento, é reconhecer a sabedoria dos sapos, dos caranguejos e toda uma série de bichos que habitam o turvo dos pântanos, da lama e das poças e que podem ser tomados como repulsivos por muitas/os. Andamos na lama com firmeza, pois sabemos que estamos longe de termos uma sociedade amorosa, livre de violências raciais e de outras ordens. Estamos longe de termos a Psicologia como território livre das políticas de dominação. Mas seguimos firmando o passo, pois acreditamos na potência dos corpos-telas como os das mulheres citadas ao longo do texto, pois estes são campos de possibilidade que produzem desde a encruzilhada, um lugar de sentidos plurais (MARTINS, 2021).

Portanto, pensar desde o corpo-território de Lélia Gonzalez e por ele fazer passagem para que possamos sonhar um campo de cuidado, escuta e acolhimento na e pela Psicologia é uma aposta miudinha que vai se tecendo de relação em relação, no fazer cotidiano enquanto professoras, pesquisadoras e psicólogas. Somos duas mulheres que dividem o sonho pela docência como ferramenta de transformação do mundo, que dividem a vida enquanto casal-interracial e que existem em um mundo que, muitas vezes, colocou em dúvida o modo como escolhemos nos guiar em nossa produção de conhecimento que não se separa de nossas vidas. Somos inteiras quando propomos andar pelo mundo a partir do compromisso com o antirracismo, conscientes de que nossos lugares são diversos, já que uma de nós é branca e outra negra de pele clara.

Sonhamos uma Psicologia que abra seu corpo para as diferentes ancestralidades que habitam o Brasil, que componha escuta com os saberes constituídos desde aqui. Desejamos que psicólogas/os reconheçam a escuta ofertada pelas benzedeiras ao longo de nosso país que no miudinho de suas existências ofertam seus corpos como escuta para os mais diferentes males. Como bem rezava a avó da (nome será inserido após avaliação) segunda autora “te benzo com a água da fonte e o ramo do monte”. Uma mulher negra, que vivia em uma região de intensa colonização por descendentes de imigrantes alemães no estado mais ao sul do Brasil. Cuidadora e principal provedora dos/as filhos/as e preocupada com ritos de cuidado, que passavam pela arte da benzedura. Por que saberes como os de Almerinda não são considerados parte de políticas de cuidado e afirmados como tal na formação em Psicologia? Com quem aprendemos a escutar? Com quem nos colocamos a cavar nossas trincheiras em busca de um fazer não opressor? Como lidamos com a/o potencial opressor/ra que nos habita? Qual a perspectiva de sociedade que embasa o modo como você caminha no mundo? Como desarticulamos as imagens engessadas e engessantes que ao longo da história foram sendo criadas, principalmente sobre pessoas negras?

Nesse processo, de um exercício que ponha a Psicologia a um agir desde aqui, mais do que um adjetivo e uma marcação de repúdio a desigualdade e violência racial, a noção antirracista precisa ser compreendida como um campo de práticas a partir do qual efetivamente precisamos desempenhar intervenções em nosso cotidiano para o enfrentamento ao racismo estrutural - o que inclui, intervenções no âmbito relacional e institucional, no que se refere a execução dos diferentes programas e serviços ofertados. E no campo de práticas da Psicologia, uma tarefa fundamental a esse processo diz respeito a desarticular o seu

arcabouço de sustentação teórica, notadamente branco, europeu e norte-americano centrado. Para que possamos construir práticas antirracistas, precisamos reconhecer a existência do problema racial no Brasil, reconhecer que somos parte do problema e que precisamos de ações efetivas para mudanças de atitudes; precisamos de firmeza nas sustentações que propomos.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pensar uma Psicologia desde o Brasil é operar com a centralidade da dimensão da racialidade (como categoria social), não apenas como um elemento ou variável a mais que poderíamos simplesmente escolher descartar. É pensar o Brasil negro, latinoamericano, como nos convida Lélia Gonzalez (2018). Ofertar “[u]m cuidado que se coloque em defesa e a serviço da vida precisa compreender que vida é essa sem tomar como referência o parâmetro da branquitude” (RODRIGUES; BATTISTELLI, 2021, p. 404). Fundamental aqui é a busca por romper com um sonho demasiadamente europeu que se sustenta no imaginário brasileiro. Pensar desde o Brasil é ser consciente das implicações subjetivas que o mito da democracia racial instaura e da política de branqueamento da população que ainda opera fortemente em nosso cotidiano. Contra-colonizar o fazer psi é sentir-pensar em diálogo e reconhecimento de concepções de escuta e saúde oriundas de matrizes afro e ameríndias, como de religiões de matrizes africanas, de aprendizados com a cosmologia de povos indígenas como os Guaranis, Yanomanis (entre tantos outros). É entender que as culturas que firmaram o solo no qual caminhamos grafaram e grafam seus repertórios de conhecimento em outros ambientes de memória, que não os livros, bibliotecas ou museus. O exercício contra-colonial, desta forma, é acionar o corpo-território como espaço de inclusão, de composição entre as existências, e afrontar as práticas que seguem pactuadas com o fazer supremacista branco. É fazer um movimento que faça girar e dançar a Psicologia, não para que ela se aproprie das culturas afro e ameríndias - isso seria extremamente colonizador - mas para aprender e se reinventar a partir de políticas do cuidado e não de dominação.

Uma Psicologia importada por uma elite branca que segue retendo os privilégios econômicos e culturais, desta forma, precisa de um banho de realidade para desaprender sua forma colonizada e normativa. E esse banho de realidade passa pela centralidade da discussão racial em nossos trabalhos. Afirmamos que uma Psicologia desde aqui já não é europeia e

precisa aprender a escutar, sentir e se deixar movimentar com as vozes que pensam, sentem e vivem a partir das experiências coloniais que vivemos. Sonhamos uma Psicologia que seja *corpo-tela* e que aprenda com os caranguejos a potência criadora do barro.

O que pode a Psicologia no campo do enfrentamento ao racismo? Mulheres como Lélia Gonzalez e Sueli Carneiro nos dão pistas para que possamos desaprender a produzir conhecimento de maneira colonial e reprodutora de um saber concebido como verdadeiro e universal. Juntar forças para seguir constituindo uma Psicologia brasileira contra-colonial e antirracista, implica um exercício em que há sofrimento, pois precisamos desaprender todo um modo de existir que nos é imposto. É suportar o conflito e ouvir vozes que já produzem desde aqui; ações necessárias para quem propõe ao exercício de escuta e acolhimento de pessoas e sua saúde mental. Um exercício contra-colonial é pactuado com o corpo que grava seus conhecimentos de formas múltiplas, não apenas com a escrita. Assim, precisamos encharcar nossos entendimentos sobre cuidado e escuta para que possamos de fato exercê-los desde os saberes que se forjam desde aqui.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANZALDÚA, Gloria. Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo. In: PEDROSA, Adriano; CARNEIRO, Amanda; MESQUITA, André (org.). *Histórias das mulheres, histórias feministas*. São Paulo: MASP, 2019. v. 2, p. 85-94.

BATTISTELLI, Bruna Moraes. *Entre cartas e conversas: por uma política de pesquisa feminista e contra-colonial para a psicologia social*. Porto Alegre: Rede Unida, 2022.

BARRETO, Raquel. Introdução: Lélia Gonzalez, uma intérprete do Brasil. In: GONZALEZ, Lélia. *Primavera para Rosas Negras: Lélia Gonzalez em primeira pessoa*. São Paulo: Editora Filhos da África, 2018, p. 12-27.

CAMINHA, Pero Vaz de. O que nesta vossa terra vi. In: Rodrigues, Sérgio. *Cartas brasileiras: correspondências históricas, políticas, célebres, hilárias e inesquecíveis que marcaram o país*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

CARNEIRO, Sueli. *Dispositivo de racialidade: a construção do outro como não ser como fundamento do ser*. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

BERNARDINO-COSTA, Joaze; TORRES-MALDONADO, Nelson; GROSGOUEL, Ramón. *Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico*. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

GONZALEZ, Lélia. *Primavera para Rosas Negras: Lélia Gonzalez em primeira pessoa*. São Paulo: Editora Filhos da África, 2018.

GROSGOUEL, Ramón. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. *Sociedade e Estado*, v. 31, n. 1, 25-49, 2016. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/sociedade/article/view/6078> Acesso em 30/07/2023.

HOOKS, bell. Intelectuais negras. *Estudos feministas*, Florianópolis, v. 3, n. 2, p. 464, 1995. <https://doi.org/10.1590/%25x>

HOOKS, bell. *O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras*. 6. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019.

LORDE, Audre. *Irmã outsider: ensaios e conferências*. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

LORDE, Audre. *Sou sua irmã: escritos reunidos*. São Paulo: Ubu, 2020.

MARTINS, Cléo. *Nanã: a senhora dos primórdios*. Rio de Janeiro: Pallas, 2020.

MARTINS, Leda Maria. *Performances do tempo espiralar: poéticas do corpo-tela*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2021.

MBEMBE, Achille. *Políticas da inimizade*. Lisboa: Antígona, 2017.

NASCIMENTO, Abdias. *O genocídio do negro brasileiro*. São Paulo: Perspectivas, 2016.

NASCIMENTO, Wanderson Flor do. A modernidade vista desde o Sul: perspectivas a partir das investigações acerca da colonialidade. *Padê: Estudos em filosofia, raça, gênero e direitos humanos* (encerrada), v. 2, n. 1, 2009. <https://doi.org/10.5102/pade.v2i1.1071>

MIGNOLO, Walter D. *Histórias locais/ projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento limiar*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2020.

MIRANDA, Eduardo O. *Corpo-território & Educação Decolonial: proposições afro-brasileiras na invenção da docência*. Salvador: EDUFBA, 2020.

OLIVEIRA, Lorena Silva. (2020). Feminismo negro: Lélia Gonzalez e Angela Davis como antígonas negras. *Ética e filosofia: gênero, raça e diversidade cultural* [recurso eletrônico] / Franciele Monique Scopetc dos Santos; Diogo Silva Corrêa (Orgs.). Porto Alegre, RS: Editora Fi.

RATTS, Alex; RIOS, Flavia. *Lélia Gonzalez*. São Paulo: Selo Negro, 2010.

RODRIGUES, Luciana; BATTISTELLI, Bruna Moraes. Pela produção de um cuidado antirracista: problematizando práticas, construindo percursos decoloniais. *Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as* (ABPN), v. 13, n. 37, p. 390-409, 2021. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/site/article/view/1249> Acesso em: 30/08/2023.

SANTOS, Antônio Bispo dos. *Colonização, Quilombos: modos e significações*. 2 ed. Brasília: AYÓ, 2019.

SIMAS, Luiz Antonio; RUFINO, Luis. *Encantamento* - sobre política de vida. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2020. Disponível em: <https://morula.com.br/wp-content/uploads/2020/05/Encantamento.pdf>. Acesso em julho de 2023.

SCHULTZ, Duane P.; SCHULTZ, Sydney Ellen. *História da psicologia moderna*. São Paulo: Cultix, 2005.

VERGÈS, Françoise. *Uma teoria feminista da violência: por uma política antirracista da proteção*. São Paulo: Ubu, 2021.

*Recebido em: 18/08/2023*

*Aprovado em: 21/09/2023*